

PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENFERMEIROS ACERCA DO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL¹

Ana Paula Geraldi²
Fernanda Balestrin³
Juliana Carine Machado⁴
Caroline Ottobelli⁵

RESUMO: Podemos entender o Controle Social como o controle da sociedade perante os serviços de saúde de seus Municípios, Estado e País. Sendo os profissionais enfermeiros os norteadores deste processo, devendo partir dos mesmos a edificação desse processo. Nesse sentido, foi realizada uma Pesquisa intitulada “Reflexão crítica acerca do exercício do Controle Social: ponto de vista de profissionais enfermeiros”, de caráter qualitativo, tendo como objetivo: analisar as concepções e percepções dos profissionais enfermeiros (as) acerca do exercício do Controle Social. A pesquisa foi desenvolvida junto com os enfermeiros (as), que atuam nas Unidades Básicas de Saúde de abrangência da 19ª Coordenadoria Regional de Saúde, tendo como forma de coleta de dados a utilização do Círculo de Cultura de Paulo Freire. Para coleta de dados foram desenvolvidos quatro encontros, concluindo-se que, na maioria dos casos, os profissionais enfermeiros não compreendiam, de forma qualificada, o significado do Controle Social e sua importância para sociedade.

Palavras-chave: Controle Social. Enfermagem. Conhecimento.

INTRODUÇÃO

Na busca pela construção de um sistema de saúde mais justo e democrático, há vários anos vem-se buscando uma nova política de saúde no Brasil, sendo que, dentro desta nova política, está a participação da população na organização, gestão e controle dos serviços de saúde. Mas foi só na década de 80 com a proclamação da Constituição Federal em que é criado o SUS, que o Controle Social passa a ser uma garantia da população brasileira.

Conforme Lacaz e Flório (2009), o Controle Social é o termo, cujo sentido pode expressar tanto o controle do Estado sobre a sociedade, quanto o controle da sociedade civil sobre o Estado. No entanto, os autores nos trazem que um novo conceito cabe ao Controle

¹Artigo da Pesquisa de Iniciação Científica. Artigo fruto da pesquisa de iniciação científica intitulado: Exercício do Controle Social: ponto de vista dos profissionais enfermeiros (as)

² Enfermeira Graduada pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões de Frederico Westphalen. Enfermeira da Unimed – Chapecó/SC. Bolsista deste estudo. Email: ana-paula-geraldi@hotmail.com

³Enfermeira graduada pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões de Frederico Westphalen. Enfermeira do Hospital Santo Antônio – Tenente Portela/ RS. Email: fernandabalestrin@hotmail.com

⁴ Enfermeira Graduada pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões de Frederico Westphalen. Enfermeira do Hospital Tachinni – Bento Gonçalves/ RS. Email: ju.carine@hotmail.com

⁵ Enfermeira, Especialista em Saúde do Trabalhador, professora do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões de Frederico Westphalen. Email: caroline@fw.uri.br

Social como sendo a atuação da sociedade civil organizada na gestão de políticas públicas no sentido de controlá-las para que atendam as demandas e os interesses da coletividade.

Neste sentido o Controle Social, é a garantia de que a população compartilhará do processo de formulação e controle das Políticas de Saúde adotadas, favorecendo assim, o processo de envolvimento cidadão com o intuito de redistribuir poder na sociedade, na perspectiva de se atingir maior equidade e justiça social. Assim, pensando-se em uma forma de efetivar tal participação e instituir mecanismos participativos, criaram-se as Conferências e os Conselhos de Saúde, os quais se tornaram formas efetivas de exercer o Controle Social.

Todavia, os Conselhos de Saúde funcionam mais como fiscalizadores, com a finalidade de reduzir a possibilidade de infração pelo Estado, é a voz da população e são mais reativos que propositivos, pela dificuldade que se tem de propor ações e sugerir propostas inovadoras. Seu papel fiscalizador é importante, mas o caráter deliberativo é mais radical quando se pensa na democratização das políticas de saúde e na partilha do poder de decisão entre estado e sociedade (OLIVEIRA; PINHEIRO, 2010).

Assim, o exercício do Controle social foi institucionalizado por meio das Conferências de Saúde e dos Conselhos de Saúde os quais são instâncias governamentais que surgiram com a perspectiva de monitoramento da implementação das Políticas públicas e empoderamento da sociedade civil. Diante disso, é necessário e dever da população reconhecer seus direitos e os princípios que a norteiam, para que desta forma busquem seus direitos e exerçam de forma ativa sua participação nas políticas de saúde, contribuindo para a descentralização e efetivação dos princípios do Sistema Único de Saúde.

Arantes et al. (2007) nos trazem que, apesar do SUS existir há cerca de duas décadas, existe ainda uma falta de compreensão dos princípios que o norteiam, tanto por usuários quanto por trabalhadores da saúde, sendo isto uma fato desfavorável para sua efetivação. Entretanto, os trabalhadores da saúde são sujeitos que devem ser conhecedores de todo este sistema, para que assim, possam estar contribuindo para a construção e a viabilização das mudanças na área saúde.

Os trabalhadores da área da saúde ocupam um importante papel na concretização dos princípios e diretrizes do SUS, devendo estes ser comprometidos e viabilizadores da descentralização e democratização na área da saúde. Os profissionais enfermeiros se destacam como habilitados para a consolidação do SUS, pois são eles que assumem um papel de liderança dentro de uma equipe de saúde, além de, terem conhecimentos técnicos- científico no assunto.

[...] o papel da enfermeira está pautado na orientação de trabalhadores e usuários e na divulgação do conselho como um espaço de participação para os usuários, ressaltando a responsabilidade de representar a comunidade. Esta realidade remete à necessidade de processos educativos permanentes que ocorram ao mesmo tempo em que se exercite a participação. (ARANTES et al., 2009, p. 6).

Tendo em vista a importância da atuação da enfermagem perante a comunidade e os benefícios herdados com o exercício pleno do Controle social torna-se evidente a realização desse estudo o qual tem como problema a pesquisa:

Qual(is) a(s) concepção(ões) e percepção(ões) dos profissionais enfermeiros(as) acerca do exercício do Controle social nas comunidades onde atuam?

E é neste contexto, e mediante a análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da Região Média do Alto Uruguai e das Missões do Estado do Rio Grande do Sul, onde se situam os municípios de abrangência da 19ª Coordenadoria Regional da Saúde - CRS, que se achou imprescindível a realização deste estudo. O IDH da referida região, segundo CENSO 2000 (IBGE), encontra-se entre os patamares de 0,666 – 0,750, valores abaixo da média estadual, a qual situa-se em 0,814, bem como, inferior à média nacional de 0,766.

Neste sentido, estando à região com seu IDH baixo, compreende-se que é necessário o desenvolvimento de ações que busquem soluções aos entraves vivenciados por estas populações, dentre esses problemas, as dificuldades encontradas na área da saúde. Diante desta perspectiva podemos destacar que tudo que contribua para a efetivação e para o entendimento do Controle social oferece benefícios não só para a sociedade, mas também para todos que fazem parte deste processo.

Os objetivos elencados para este estudo são:

Objetivo geral:

- Analisar as concepções e percepções dos profissionais enfermeiros(as) acerca do exercício do Controle social.

Objetivos específicos:

- Levantar facilidades e dificuldades encontradas pelos profissionais enfermeiros(as) a respeito do exercício do Controle social dentro das comunidades onde atuam.

- Identificar as experiências vivenciadas pelos profissionais enfermeiros(as) com relação ao exercício do Controle social nas comunidades onde atuam.

1 METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido junto aos profissionais enfermeiros(as), que tiveram interesse em participar do mesmo, em torno de 50 profissionais, que atuam nas unidades de saúde dos 28 municípios de abrangência da 19ª CRS. A 19ª CRS tem o papel de acompanhar os municípios no que se refere à implementação das Políticas de Saúde, voltadas na consolidação do SUS, sendo a sua sede situada no município de Frederico Westphalen R/S.

O referido estudo foi desenvolvido no segundo semestre de 2010 e no decorrer do primeiro semestre de 2011 no turno diurno.

Foi desenvolvido um estudo de caráter qualitativo devido ao seu foco, analisando dessa forma, a subjetividade dos participantes. A pesquisa qualitativa é basicamente aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade.

Foi desenvolvido um estudo fundamentado no método freireano. Sendo que, a escolha de uma metodologia participativa, como a utilizada no método escolhido, possibilita compreender as diferenças individuais e responder as diferentes interrogações. Para tanto, foi feito uso do Círculo de Cultura de Paulo Freire, o qual tem uma indicação direta para os trabalhos com grupos, possibilitando a troca de experiências e o processo de conscientização, no qual o indivíduo se alimenta do grupo e este cresce com a participação individual.

A esse respeito, Saupe (1998) menciona que a preocupação maior de Paulo Freire era proporcionar à população, através do Círculo de Cultura, a possibilidade de desvelar a realidade e buscar debater, em grupo, questões referentes ao cotidiano. Além disso, Saupe (1998) menciona ser significativa a variedade de situações existenciais que abrangem o Círculos de Cultura como metodologia de ação.

Assim, na 1ª etapa do estudo, corresponde à coleta de dados fundamentada no método freireano. Sendo que o desenvolvimento deste concretizando a necessidade da realização de mais estudos que venham contribuir para a (re)definição do papel do Controle Social junto aos profissionais enfermeiros(as), tendo em vista, proporcionar conhecimentos sobre a importância da participação social junto à área da saúde.

No que se refere à segunda fase, a mesma compreende a análise das falas emitidas pelos participantes. Para a análise e discussão dos dados, optamos pela análise de conteúdo (MINAYO, 2006). Neste tipo de análise, buscamos descobrir os núcleos de sentido que compuseram as falas dos participantes nos vários momentos. Tais dados foram agrupados e analisados conforme os seguintes elementos: planejamento, implementação, avaliação, mobilização, articulação e controle.

Em princípio, foram realizados quatro encontros, sendo que no primeiro foram desenvolvidas a explanação da proposta do estudo e a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em seguida foi feito o levantamento de temas e palavras geradoras, no caso o Controle Social. Identificadas às palavras geradoras passou-se para a fase de codificação, que consiste em um aprendizado coletivo, onde todos expõem seu conhecimento acerca do tema ou da palavra geradora, ou seja, o que compreendem a respeito do Controle Social. No segundo momento, que correspondeu ao segundo encontro, foi realizada a decodificação ou descodificação do tema central, ou seja, “Controle Social”. Assim, foram questionados os códigos utilizados para descrever as situações e os problemas envolvidos com o tema central.

No que se refere ao terceiro encontro, foi desenvolvido o desvelamento crítico, momento em que as pessoas aprenderam o verdadeiro significado do Controle Social para que, desta forma, passem a lidar com ele de maneira correta. Por fim, no quarto e último encontro, foi ainda discutido o tema Controle Social e procedeu-se o encerramento do estudo.

Dessa maneira, com os quatro encontros, foi possível, promover o levantamento acerca da visão dos profissionais enfermeiros (as) a respeito do exercício do Controle Social em suas comunidades. Assim, com propostas aparentemente completas, incrementadas em uma compreensão ampliada de saúde, foi possível visualizar os obstáculos reais que dificultam a efetivação do Controle Social.

2 RESULTADOS

Para efetivar-se a coleta de dados foram realizados quatro encontros, com a participação de 22 enfermeiros dos diferentes municípios que compõem a 19ª Coordenadoria Regional de Saúde. Por meio destes encontros foi possível, promover o levantamento acerca da visão dos profissionais enfermeiros (as) a respeito do exercício do Controle Social em suas comunidades.

No primeiro encontro foi desenvolvida a explanação da pesquisa, dando ênfase à metodologia e aos objetivos do estudo, desta forma, fez-se a leitura do termo de consentimento livre e esclarecido e em seguida assinado pelos participantes que mostraram interesse pela pesquisa. No segundo momento foi realizada a coleta das palavras ou temas relacionados ao Controle Social, e em seguida foi feita uma discussão entre o grupo acerca do tema, sem a influência dos pesquisadores.

Neste encontro foi observado que os profissionais possuíam um conhecimento superficial em relação ao tema, pois demonstravam dificuldades em expressar sua opinião no papel, fazendo questionamentos que induziriam as suas respostas, no entanto, as perguntas não eram esclarecidas para que os resultados da pesquisa fossem fidedignos. Neste sentido foram elencadas algumas palavras geradoras como: “Controle dos gestores”, “controle de natalidade”, “orientação de dúvidas” “participação”, “fiscalização” e “exercício de cidadania”.

No segundo encontro, ocorreu a descodificação do tema central, ou seja, do Controle Social, sendo expostas algumas percepções coletadas no encontro anterior e desta forma, discutido com o grupo o tema embasado nas informações colhidas. Nesse encontro os profissionais foram questionados sobre suas vivências, apresentando as dificuldades e facilidades encontradas no efetivo exercício do Controle Social.

Por fim no terceiro e quarto encontro foi aprofundado o real sentido do Controle Social, partindo da Reforma Sanitária até os dias atuais, onde foi dado ênfase ao Controle Social como um dos princípios norteadores do SUS, e desta forma devendo ser seguido pelos profissionais enfermeiros (as). Neste sentido foi destacada a importância da enfermagem para com o exercício do Controle Social.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Atuação nos Conselhos de Saúde

Com os encontros percebe-se que a maioria dos participantes relaciona o Controle Social somente com os Conselhos de saúde, onde os participantes referem: “Conselho municipal de saúde: supervisão de trabalho, ações em saúde e avaliação das ações” (E9)⁶; “Conselho municipal de saúde” (E6).

Desta forma, percebe-se que as concepções de Controle Social estão ligadas ao conselho, ou mesmo, que é através dele que o Controle Social tem se expressado na atenção básica. Portanto os conselhos de saúde são espaços que permitem o exercício da cidadania, através do controle social, momento em que os participantes aprendem a praticar seu papel político, interferido na implantação do SUS e assim, mantendo uma relação com os gestores. (ARANTES et al., 2007). Diferenciar, distinguir

⁶ A abreviação (E) refere-se aos enfermeiros entrevistados durante a pesquisa, os quais, para preservação de suas identidades, serão distinguidos através de numeração (1, 2, 3 ...6, 7, 8...).

Nesta perspectiva percebe-se, através dos relatos dos participantes que: “a população não gosta de participar” (E10); os dias e os horários dos Conselhos Municipais de Saúde não são pertinentes aos horários que permitam a participação da sociedade; esta muitas vezes não compreende o que está sendo discutido nas reuniões e os gestores, na maioria das vezes, não consideram o ponto de vista da população; “os componentes do conselho são escolhidos a dedo” (E7); “que é tudo politicagem” (E17) e que as reuniões dos conselhos na maioria das vezes só aconteciam para assinatura de atas e questão burocrática.

Segundo Arantes et al. (2009), nos colocam que as reuniões dos Conselhos de Saúde, muitas vezes são realizadas para fins burocráticas, não resultando em qualquer ação participativa efetiva, voltada às necessidades da população. Dessa forma, com a falta de compreensão dos objetivos dos conselhos, a consequência será a ausência de comprometimento em relação ao Controle Social. Dessa maneira, os conselhos de saúde acabam se desviando do interesse comum da sociedade e da cidadania, fragilizando-se e perdendo a sua credibilidade.

Neste sentido, observamos que há um despreparo, tanto por parte da população, dos conselheiros e profissionais de saúde, pois os mesmos acabam se acomodando devido a um círculo vicioso, onde o primeiro não busca seu direito de participação muitas vezes por não estar ciente disto, justamente pela falta de orientação e esclarecimento que deve partir também dos profissionais enfermeiros. Lembrando que este empoderamento se faz ausente, pelo fato, do profissional ter um conhecimento superficial acerca do tema. Entretanto, os conselheiros também não assumem seu real papel, pois acabam detendo-se a questões burocráticas, deixando de exercer o Controle Social que é a participação da comunidade nas tomadas de decisões.

3.2 Controle Social /Participação social

A participação social na construção do Sistema de Saúde é um espaço de políticas sociais, sendo defendida como necessária e indispensável para que sua consolidação se conforme mais democrática e eficaz (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

Desta forma algumas frases trazidas pelos participantes resumem a concepção de alguns profissionais: “Forma justa e participativa de contribuir com a sociedade. Todos tendo direito de opinião” (E14); “Controle Social é a forma que a sociedade tem de participação [...]” (E22).

“A essência da participação reside na possibilidade dos usuários opinarem e participarem efetivamente na implantação e gestão dos serviços públicos dos quais são beneficiados” (PRESOTO; WESTPHAL, 2005, p. 4).

Observou-se entre as diferentes falas algumas concepções que os participantes acreditam que: o Controle Social é uma forma de orientação e avaliação da população, como exercício da cidadania, considerações do contexto em que o usuário se encontra, como também, uma forma de esclarecimento da população.

Notamos a partir do contexto acima que as concepções dos profissionais enfermeiros é pouco aprofundada, sendo isto, um ponto negativo para que ocorra a concretização de um Controle Social ativo em meio à comunidade. Portanto, a participação social no exercício do Controle Social e conseqüentemente nas políticas de saúde de forma igualitária e democrática são de fundamental importância, pois concretizam um dos princípios do SUS, o qual traz a participação popular de forma ativa dentro de sua comunidade, acarretando melhorias e benefícios para a mesma.

Alguns profissionais se referem ao Controle Social como sendo: “Forma legal de inserir o usuário do sistema de saúde nas decisões de políticas de saúde [...] desenvolver ações- políticas que condizem com a realidade da população” (E9). Ainda como sendo: “[...] uma das ações que o conselho de saúde deve exercer. Assim, ele serve para conhecermos as reais condições/necessidades dos usuários, para assim propor ações/programas e políticas de saúde condizente com a realidade dos nossos usuários” (E8).

O Controle Social em Saúde é uma das formas de democratização do poder, sendo um espaço de manifestação da participação social regulada e institucionalizada pelo Estado. Para tanto, possui caráter educativo, reivindicando direitos coletivos e interferindo nas práticas políticas da saúde. Portanto, o Controle Social torna-se ferramenta de concretização da Gestão Participativa, que é o ato democrático de gerenciar as ações e práticas políticas do Controle Social pelo planejamento de programas e serviços de saúde. (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2009).

Dessa maneira deve-se partir da enfermagem a construção e a viabilização das políticas de saúde, bem como, as orientações à população acerca da importância de sua participação, para que desta forma se concretize o correto exercício do Controle Social. Entretanto a enfermagem deve participar e promover a participação dos usuários do sistema de saúde.

3.3 Comprometimento dos Profissionais enfermeiros (as)

Os profissionais enfermeiros (as) assumem um papel de importante na efetivação do exercício do Controle Social, pois são eles que estão em contato direto com a população, desta forma, conhecem o contexto que a população está inserida.

“Todo profissional enfermeiro (a) é essencialmente um educador (a) em potencial e, portanto, formador (a) de opinião. Portanto é imprescindível que ele (a) trabalhe com seus pares o exercício do controle social” [...] (E15)

“É necessário de todos os profissionais entendam para que haja o engajamento na luta para o enfrentamento das desigualdades, estimulando assim o controle social que deve estar inserido em todos os seguimentos da sociedade”[...] (E21).

Mediante esta conjuntura, foram observadas algumas falas relacionando o Controle Social como “Controle de natalidade, mortalidade, vacinação e notificação de doenças” e também relacionando o mesmo como o “Controle dos gestores”.

Neste sentido, nota-se que na maioria dos casos, os profissionais enfermeiros, apesar de compreenderem a importância do exercício Controle Social, não compreendiam, de forma qualificada, o seu significado, bem como a forma de exercer o tema focando apenas os conselhos de saúde. Observamos ainda que, em sua grande maioria, não conhecem a verdadeira importância que a participação popular exerce mediante a implantação/implementação de ações de saúde, sendo compatíveis com a realidade das comunidades onde estes profissionais atuam.

Segundo Arantes et al. (2007), nos trazem que a enfermagem está presente em todos os serviços de saúde, possuindo base prática para conversar com a população e dizer ao Estado as prioridades da comunidade para que assim, prestem uma assistência de qualidade. Desta forma, os profissionais de enfermagem precisam ser participantes dos movimentos sociais e eventos da saúde em defesa do Sistema Único de Saúde.

Sendo assim, o papel dos profissionais enfermeiros (as), está pautado na orientação de trabalhadores e usuários e na divulgação do conselho como um espaço de participação, ressaltando a responsabilidade de representar a comunidade (ARANTES et al., 2009). Portanto a enfermagem deve participar e promover a participação da comunidade, estando inserida nas políticas de saúde para que assim atue em prol da comunidade tornando-se o porta voz da mesma.

Neste sentido uma participante nos trás que: “Com certeza o exercício do controle social é muito importante, porém é algo pouco trabalhado, divulgado. Seria importante que fosse chamado os profissionais enfermeiros para que colocassem em prática esse controle social” (E16).

Logo, observamos o quão é importante fornecer, a estes profissionais, momentos de reflexões em relação ao exercício do Controle Social efetivo, só desta forma estas comunidades poderão fazer uso de um direito que é delas, de participar e fiscalizar.

Contudo com esta pesquisa foi possível observar a necessidade de estar promovendo a instrumentalização dos profissionais de saúde, além de proporcionar capacitações aos conselheiros, para que assim todos compreendam o real sentido do Controle social, para que desta forma todos sejam beneficiados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Controle Social, por sua vez, foi instituído juntamente com a criação do SUS na década de 80, no momento em que se tornou legalizada a participação da sociedade na formulação e fiscalização das políticas de saúde, por meio, da Constituição Federal de 1988. Desta forma o Controle Social pode ser definido como uma forma de fiscalização (**fiscalizador modifica o sentido da frase**) da população, diante da formulação e da implantação de Políticas e Programas de Saúde junto à comunidade.

No entanto, mesmo que o SUS tenha sido criado há mais de duas décadas seus princípios não são efetivados e compreendidos de forma apropriada o que dificulta e interfere em outros princípios preconizados por ele, por meio dos quais se luta por uma assistência qualificada e humanizada para toda a população.

Portanto, com este estudo foi possível observar que a grande maioria dos profissionais enfermeiros tem um conhecimento pouco aprofundado acerca da definição do Controle Social, uma vez que os mesmos direcionavam o exercício deste de forma restrita, porém, mencionavam sua importância sendo contraditória quando debatido o tema. Neste sentido, a maioria não relacionava a enfermagem como sendo um sujeito participante e provedor do exercício do Controle Social, além disso, poucos relatavam suas vivências, pois não tinham clareza das formas de exercer o Controle Social.

Enfim, refletindo e visualizando a percepção dos profissionais Enfermeiros (as) acerca do exercício do Controle social, podemos estar interferindo e contribuindo para que os mesmos efetivem e se comprometam com a população, demonstrando conhecimento, participando e estimulando a participação da sociedade no controle dos serviços de saúde, atuando como articuladores desse sistema. Para tanto com o pleno exercício acaba ocorrendo uma troca de conhecimento e informações entre usuários, trabalhadores dos serviços de saúde,

prestadores de serviços e os próprios conselheiros em prol da melhoria e ampliação das políticas de saúde.

PERCEPTION OF PROFESSIONAL NURSES ABOUT THE EXERCISE OF SOCIAL CONTROL

ABSTRACT: We can understand the Social Control as the society control to health services in their Municipalities, State and Country. As the nurses the guiding of this process, it should start with them the edification of the process. In this sense, a research entitled "Critical reflection about the exercise of Social Control: the professional nurses point of view," was conducted, and it is of qualitative character, aiming: analyzing the concepts and perceptions of professional nurses about the exercise of Social Control. The research was developed along with the nurses who work in Unidades Básicas de Saúde (Basic Health Units) from the 19th Regional Health Department, having as a means of collecting data the use of Círculo de Cultura Paulo Freire (Paulo Freire's Culture Circle). For data collection four meetings were carried, concluding that, in most cases, the professional nurses did not understand, in a qualified way, the meaning of Social Control and its importance for society.

Keywords: Social Control. Nursing. Knowledge.

REFERÊNCIAS

ARANTES et al. Controle Social no Sistema Único de Saúde: concepções e ações de enfermeiras da atenção básica. **Texto e Contexto**, Florianópolis, v. 16, n. 3, jul./set. 2007.

ARANTES et al. Controle social na saúde: discutindo os resultados de uma pesquisa com enfermeiras. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 22, n. 4, 2009.

KLEBA; WENDAUSEN. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, Out./Dez. 2009.

LACAZ, C. A. F.; FLÓRIO, R. M. S. Controle social, mundo do trabalho e as Conferências Nacionais de Saúde da virada do século XX. **Ciência e saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, dez. 2009.

MINAYO, M. C. O desafio do conhecimento; pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

OLIVEIRA, M. L.; ALMEIDA, E. S. Controle social e gestão participativa em saúde pública em unidades de saúde do município de Campo Grande, MS, 1994-2002. **Saúde e sociedade**. São Paulo, v. 18, n. 1, jan./mar. 2009.

OLIVEIRA, PINHEIRO. Controle social e gestão participativa em saúde pública em unidades de saúde do município de Campo Grande, MS, 1994-2002. **Saúde e sociedade**. São Paulo, v. 18, n. 1, jan./mar. 2009.

PRESOTO; L. H.; WESTPHAL, M. F. A participação social na atuação dos conselhos municipais de Bertioga – SP. **Saúde e sociedade**. São Paulo, v. 14, n. 1, jan./abr. 2005.

SAUPE, R. **Educação em Enfermagem**: da realidade construída a possibilidade em construção. Florianópolis, 1998.